

Compreensão do processo de institucionalização da Sociologia escolar a partir de manuais escolares: um percurso metodológico em manualística

Cristiano das Neves Bodart
Welkson Pires

Resumo

O artigo apresenta proposta metodológica para a pesquisa sobre os processos de institucionalização da Sociologia escolar no Brasil a partir dos trabalhos de manualística. O objetivo é sistematizar um percurso metodológico que, ao especificar um conjunto de aspectos concernentes aos contextos interno e externo de produção dos manuais escolares – contemplados ou não em pesquisas desenvolvidas –, apreenda os fatores que dão sentido aos dados extraídos dos manuais escolares de Sociologia, com vistas a uma melhor compreensão do processo de institucionalização da disciplina no Brasil. Conclui-se que uma análise que contempla as dimensões interna e externa dos manuais evidencia, entre outros aspectos: *i)* os interesses que impulsionaram tal campo disciplinar; *ii)* as configurações curriculares da Sociologia escolar; e *iii)* os aportes estruturais que sustentam e legitimam o referido componente escolar.

Palavras-chave: abordagem metodológica; institucionalização; Sociologia; manuais escolares.

Abstract

Understanding processes of institutionalization of school Sociology from school manuals: a methodological proposal in manualistics

This paper presents a methodological proposal to research processes of institutionalization of school Sociology in Brazil from manualistic works. It aims to systematize a methodological proposal that, by listing a set of aspects regarding internal and external contexts of textbook development – whether previously contemplated or not in research –, effectively grasps the factors that give meaning to the data gathered from Sociology textbooks. With this, hopefully, one could better understand the institutionalization process of school Sociology in Brazil. It is concluded that an analysis that contemplates the internal and external dimensions of Sociology textbooks highlights, among other aspects: i) the interests driving this disciplinary field; ii) the curricular configurations of school Sociology; iii) the structural elements that support and legitimize this school component.

Keywords: institutionalization; methodology; Sociology; textbooks.

Resumen

Comprender el proceso de institucionalización de la Sociología escolar a partir de manuales escolares: un camino metodológico en los manuales

El artículo presenta una propuesta metodológica de investigación sobre los procesos de institucionalización de la Sociología escolar en Brasil a partir de trabajos manualistas. El objetivo es sistematizar un camino metodológico que, al concretar un conjunto de aspectos concernientes a los contextos interno y externo de producción de los manuales escolares – incluidos o no en la investigación realizada –, aprehenda los factores que dan sentido a los datos extraídos de los manuales de Sociología, con miras a una mejor comprensión del proceso de institucionalización de la disciplina en Brasil. Se concluye que un análisis que contempla las dimensiones internas y externas de los manuales muestra, entre otros aspectos: i) los intereses que impulsaron este campo disciplinar; ii) las configuraciones curriculares de la Sociología escolar; y iii) los aportes estructurales que sustentan y legitiman el referido componente escolar.

Palabras clave: enfoque metodológico; institucionalización; manuales escolares; Sociología.

Introdução

A busca por compreender o processo de institucionalização de um campo científico ou de uma disciplina escolar é um esforço que pode se desenvolver em múltiplas direções teórico-metodológicas e mobilizar diversas subáreas de pesquisa. Entre essas subáreas, destacamos a manualística, cuja produção vem se mostrando cada vez mais relevante.

O termo *manualística*, estabelecido para demarcar tal subárea, é posterior aos primeiros estudos sobre os manuais escolares, tendo sido cunhado, em 1998, por Benito, “como rubrica acadêmica que poderia acomodar os diversos trabalhos que em seguida – década de noventa do século 20 – foram gestando em torno do livro escolar como fonte historiográfica e como gênero textual”, incluindo, também, nesse âmbito, pesquisas acerca “do projeto, modos de produção, usos e incidência do livro escolar na educação formal” (Benito, 2017, p. 8).

Com base nas contribuições de Choppin (2009) e Benito (2017), identificamos, nos estudos de manualística, ao menos cinco abordagens em relação ao manual escolar: 1) a que o entende como um currículo editado, sendo resultado de um esforço de tradução e operacionalização do currículo oficial por parte de autores e editores; 2) a que contempla o manual escolar como reflexo da sociedade de seu tempo, dos valores, dos estereótipos, das atitudes e das ideologias dominantes na sociedade que o produz e o consome; 3) a que vê o livro escolar de uma perspectiva instrumental como um manual da prática docente, que traz métodos e procedimentos para as atividades escolares de ensino-aprendizagem; 4) a que o compreende como uma forma indireta de alcançar o perfil do sujeito para o qual foi destinado e também o tipo de indivíduo que se busca formar através dos processos educacionais; e, por fim, 5) a que se volta ao manual escolar pelo seu caráter documental, buscando alcançar e apreender suas marcas históricas.

Em linhas gerais, a manualística se propõe a abordar os manuais escolares considerando tanto sua natureza didático-pedagógica quanto o contexto sócio-histórico no qual se inserem. Essa contextualização do manual escolar é fundamental por ele ser um artefato histórico peculiar, condicionado por estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, as quais nem sempre têm sido devidamente consideradas, a despeito de sua importância para a compreensão desse tipo de obra. Quando contextualizadas, essas obras se tornam uma valiosa fonte de conhecimento tanto sobre as estruturas sociais, de um modo geral, quanto, especificamente, sobre as estruturas educacionais.

Nesse âmbito, como bem apontaram Cigales e Oliveira (2020), uma análise que considera, concomitantemente, os contextos interno e externo dos manuais escolares é capaz de contribuir significativamente para a compreensão do processo de institucionalização de uma ciência ou disciplina escolar. Se, por um lado, não partimos do pressuposto de que a manualística seja, por si só, suficiente para reconstruir a história das disciplinas escolares, já que isso demanda muitas fontes e métodos, por outro, compreendemos sua potente colaboração para esse fim, dadas suas características idiossincráticas.

A despeito de observarmos no Brasil certo esforço para o desenvolvimento de pesquisas que, mediante análise de manuais escolares, voltam-se para a compreensão da institucionalização das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) no País – mesmo que não anunciem ou tenham diretamente esse propósito, apesar de suas evidentes contribuições nesse sentido –, ainda é reduzido o volume de trabalhos publicados e de pesquisadores que se dedicam ou se dedicaram ao tema. Se considerarmos apenas os esforços para pensar procedimentos teórico-metodológicos para tal fim, esse *quantum* de trabalhos é ainda mais diminuto. As dificuldades de acesso aos manuais escolares de Sociologia produzidos no Brasil, no século 21,¹ certamente é um dos fatores que explicam, em alguma medida, a limitada quantidade de pesquisas que se preocuparam em analisá-los.

Nosso artigo parte, justamente, desse contexto de escassez de pesquisas, tendo por objetivo apresentar uma proposta metodológica em manualística para os estudos históricos voltados à compreensão do processo de institucionalização da Sociologia escolar no Brasil. Para isso, realizamos inicialmente uma revisão bibliográfica, considerando os trabalhos publicados em contexto nacional que focaram os manuais escolares de Sociologia como objeto empírico. Dessa forma, buscamos levantar abordagens e procedimentos profícuos com base nos quais pudéssemos construir, de forma somativa, um percurso metodológico robusto para a análise dos manuais escolares, com vistas à compreensão dos processos de institucionalização da Sociologia escolar.

Vale ressaltar que nosso trabalho não visa à sistematização de um método definitivo de análise do manual escolar, nem, muito menos, sobrepor abordagens que vêm sendo seguidas, mas ser uma colaboração que se soma às possibilidades já existentes, “visto que os manuais escolares reivindicam uma criatividade metodológica, uma vez que não existe uma fórmula metodológica única para a sua análise” (Cigales; Oliveira, 2020, p. 11).

Em nossa proposta metodológica, apontamos que os manuais escolares precisam ser considerados em duas dimensões analíticas: a interna e a externa. Denominamos *análise interna* aquela voltada para “dentro” do manual e que foca, por exemplo, seus conteúdos teórico-conceituais e temáticos, recursos didáticos, orientações didático-pedagógicas, discursos, estrutura editorial etc. Esses aspectos podem revelar mais diretamente o modo como está configurada, em termos escolares, a disciplina de Sociologia. Por *análise externa*, referimo-nos àquela que orienta seu olhar para “fora” do manual, atentando para os contextos político, econômico, cultural, editorial, educacional, legislativo etc., que dão sentido aos manuais escolares justamente porque determinam seus processos de produção, circulação e recepção. Ambos os direcionamentos analíticos são importantes, embora apresentem potencialidades diferentes (Mahamud-Angulo, 2014). Temos

¹ Inexiste no Brasil um inventário e/ou um acervo específico robusto dos manuais escolares de Sociologia. O mais próximo disso encontra-se no Livres, que é um banco de dados no qual consta um registro, ainda bem incompleto, dos manuais didáticos das diversas disciplinas que compõem ou compuseram o currículo das escolas brasileiras, entre elas a Sociologia. Para mais informação sobre esse banco de dados, ver USP ([c2021]).

como pressuposto que os contextos interno e externo ao manual escolar estão, necessariamente, inter-relacionados e, por isso, não é possível compreender, de modo inequívoco, o processo de institucionalização da Sociologia no ensino secundário mediante o manual escolar, sem considerar as duas dimensões, mesmo quando apenas uma delas é focalizada.

É importante destacar, ainda, que as designações “livro didático”, “manual didático”, “manual escolar”, “compêndio escolar” e “tratado” são usadas geralmente de modo indiscriminado nas pesquisas brasileiras para se referir ao material impresso produzido intencionalmente por autores e editores com finalidade didática e que visa sistematizar, de forma sequencial e expositiva, conteúdos disciplinares normalmente estabelecidos nos currículos oficiais. Essa caracterização do manual escolar não é plenamente consensual. Isso ocorre por se tratar de um objeto de estudo que é reconhecidamente difícil de conceituar (Sarandy, 2004; Cigales; Oliveira, 2020), dadas as suas múltiplas formas e usos.² De todo modo, no âmbito deste trabalho, tal caracterização será tomada como ponto de partida para a discussão metodológica que se seguirá. Ressaltamos também que, assim como Choppin (2009), adotamos o termo “manual escolar” para designarmos as obras que são objeto empírico dos estudos de manualística, tendo em vista seu sentido mais amplo.

Quanto à estrutura, o presente artigo, além desta introdução e das considerações finais, é composto de mais uma seção que está subdividida em duas partes: na primeira, são apontados alguns percursos metodológicos concernentes à análise interna dos manuais escolares, considerando as potencialidades de alguns elementos que os constituem para a evidenciação do processo de institucionalização focalizado; na segunda, buscamos sinalizar um conjunto de fatores externos que circunscrevem os manuais escolares e que, haja vista seu impacto na conformação dessas obras, necessitam ser analiticamente considerados.

1 (Re)pensando alguns caminhos metodológicos para análise dos manuais escolares de Sociologia

Propomos aqui considerar as inter-relações contextuais que determinam o manual escolar de Sociologia. Nesse sentido, voltamos nosso olhar tanto para o contexto interno a tais obras – olhando para “dentro do livro” – quanto para o contexto externo – olhando para “fora do livro” –, a fim de explorar a potencialidade heurística do manual escolar como meio para compreensão do processo de institucionalização da Sociologia escolar. Nossa proposta metodológica pode ser visualizada sinteticamente no esquema a seguir:

² Uma rica discussão conceitual sobre o manual escolar pode ser encontrada em Choppin (2009).

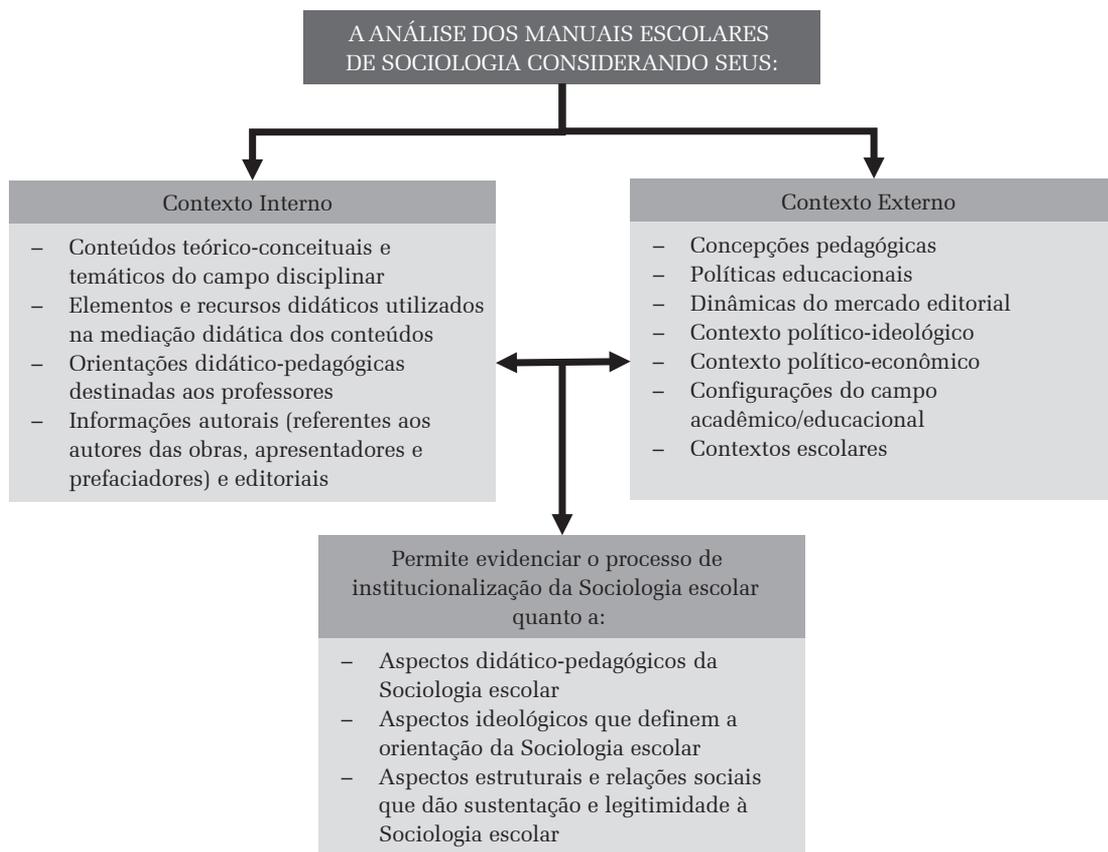


Figura 1 – Esquema do percurso metodológico para análise de manuais escolares

Fonte: Elaboração própria.

Nas linhas subsequentes, buscaremos esmiuçar, de modo sistemático, os elementos contextuais internos e externos ao manual escolar capazes de nos oferecer respostas a algumas questões incontornáveis quando o assunto é a institucionalização da Sociologia no currículo escolar: i) quais as motivações econômicas, políticas e culturais para a inserção da Sociologia no âmbito da educação básica? ii) em quais modalidades e fases da educação básica essa disciplina se encontra? iii) trata-se de um componente obrigatório ou optativo? iv) sua oferta se deu em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, laico ou confessional? v) qual o perfil dos discentes e docentes? vi) quais as representações/sentidos da disciplina? vii) quais os objetivos educacionais que são atribuídos ao ensino escolar da Sociologia? viii) como se estrutura o conteúdo programático dessa disciplina (teorias, conceitos e temas)? ix) quais as metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação adotadas? x) a quais paradigmas educacionais respondem os aspectos didático-pedagógicos dos manuais? xi) quais os recursos didáticos disponíveis para o ensino da Sociologia em contexto escolar? xii) quais as vinculações teóricas e metodológicas dos autores? xiii) em que condições se dão a produção, a divulgação, a circulação e o consumo desses recursos didáticos? xiv) quais as demandas postas pela presença da Sociologia no ensino secundário para a formação docente? e xv) quais as políticas e programas educacionais em vigor?

O que se seguirá é justamente uma proposta de percurso metodológico para a abordagem dos manuais escolares de Sociologia que julgamos promissora para compreensão dessas e de outras questões concernentes ao processo de institucionalização da Sociologia no ensino secundário brasileiro. Obviamente, tal proposta não esgota as possibilidades metodológicas, ela apenas sinaliza alguns caminhos potencialmente profícuos nessa seara.

Vale ressaltar que, apesar de apresentarmos nossa proposta metodológica em duas seções, os caminhos analíticos aí sinalizados não representam momentos desconectados e independentes, isso porque, na análise interna dos manuais escolares, é imprescindível que o pesquisador considere o contexto externo à produção, circulação e recepção dessas obras. Nossa exposição apresenta em separado aspectos concernentes aos contextos interno e externo aos manuais escolares apenas por uma questão didática, ou seja, para tornar nosso desenho metodológico mais compreensível.

1.1 Olhando para dentro do manual escolar

Devido a suas características idiossincráticas, considera-se que o manual escolar é o documento que melhor sistematiza as disciplinas que compõem o currículo escolar. Assim, a análise dos manuais escolares utilizados no ensino de Sociologia pode lançar luz sobre o público-alvo e os níveis e modalidades educacionais para os quais essa disciplina está sendo direcionada, seus objetivos educacionais, seu conteúdo programático, as metodologias de ensino-aprendizagem e as formas de avaliação definidas para tal componente curricular, ou seja, permite alcançar os aspectos didático-pedagógicos que estruturam a disciplina. Assim, apresentaremos, a seguir, questões que podem ser exploradas na análise interna das obras.

O *público-alvo e os níveis e modalidades educacionais* aos quais se destina o ensino de Sociologia, quando são definidos nos manuais escolares, normalmente, estão sinalizados nas partes extratextuais dessas obras, tais como, capa, orelhas e pré-textuais, como folha de rosto; e, ainda, em introduções, prefácios, apresentações ou outros textos de caráter introdutório. Além de nos ajudar a situar institucionalmente e mensurar o impacto social da Sociologia escolar, atentar para o público-alvo e para os níveis e as modalidades educacionais é fundamental para a melhor compreensão dos objetivos educacionais e das metodologias de ensino. Por isso, deve haver um esforço de identificação desses elementos, mesmo quando não estão explicitados nos manuais escolares, o que demandará uma mirada sobre os contextos de recepção dessas obras, os quais serão tratados em seção posterior. Apenas a título de exemplo, Florentino Menezes (1936, p. 25), em seu manual escolar intitulado *Tratado de Sociologia*, indica no prefácio que ela foi desenvolvida visando fazer frente às dificuldades de aprendizagem de suas “primeiras alumnas, que eram apenas três”. No entanto, mais adiante, ele registra que escreveu seu livro não para que ficasse restrito aos discentes, mas visando atingir um público maior: “E foi deste modo que resolvi também interessar o meu livro ao público em

geral e aos especialistas” (Menezes, 1936, p. 30). Notam-se aí indicativos para identificar o público-alvo e o perfil dos estudantes que consumiam os manuais escolares de Sociologia nos anos de 1930.

Para localização e identificação dos *objetivos educacionais*, os referidos textos introdutórios que abrem os manuais escolares também contêm indicativos quanto ao que se pretende alcançar com o ensino da Sociologia. Foi justamente isso que observou Brito (2010) ao examinar a apresentação da obra *Princípios de Sociologia* (1935), de Fernando de Azevedo, na qual há a indicação de que o objetivo desse manual escolar seria “iniciar e orientar os estudantes nessa nova ciência e fornecer aos professores uma fonte segura de informações” (Azevedo, 1935 *apud* Brito, 2010, p. 60).

É possível que o conjunto de objetivos educacionais traçados para o supracitado componente curricular esteja estruturado na forma de conhecimentos a serem adquiridos e/ou de competências a serem desenvolvidas, isso a depender dos encaminhamentos do(s) paradigma(s) educacional(is) em vigor. Caso esses objetivos não estejam explicitados nos textos introdutórios do manual escolar, eles podem ser alcançados com o exame das atividades direcionadas aos estudantes, as quais normalmente integram esse tipo de material didático. É importante destacar que o analista não deve se contentar com a identificação de objetivos disciplinares específicos, mas buscar apreender como eles se articulam ou se contrapõem aos objetivos gerais estabelecidos para a educação escolar, segundo as políticas educacionais em curso, que, normalmente, estão atreladas às demandas econômicas e culturais dominantes. Subsídios para essa análise também são encontráveis nos textos introdutórios focalizados. Além dos objetivos educacionais, os manuais escolares revelam outros objetivos mais amplos, tais como políticos e ideológicos.

Os manuais escolares são importantes fontes para a compreensão das *representações/dos sentidos dados à disciplina ou à ciência sociológica* neles presentes, como demonstraram Brito (2010) e Bodart e Silva (2020) ao examinarem as apresentações das obras. Sarandy (2004, p. 80) também partiu do pressuposto de que é possível revelar a “compreensão dos autores dos manuais a respeito do que seja a sociologia e, especialmente, de seu significado no ensino médio”, analisando a “forma como o livro apresenta aos estudantes seus conteúdos”.

Sendo o foco a identificação e a compreensão do *conteúdo programático* definido para a Sociologia escolar, devemos observar se há indicativos, nos textos introdutórios, quanto à operacionalização dos objetivos traçados para o seu ensino por meio da seleção de certos conteúdos em detrimento de outros. Os índices, sumários e glossários também constituem partes cruciais do manual escolar, mediante os quais é possível verificar como estão estruturados os conteúdos selecionados. Estes se apresentam na forma de temas, conceitos e teorias que, ao serem identificados e quantificados, evidenciam as temáticas presentes na agenda pública e/ou acadêmica num certo período, as perspectivas teórico-metodológicas dominantes, as principais referências do campo das Ciências Sociais e de outras áreas na conformação da Sociologia escolar. Entre as pesquisas que analisaram os conteúdos programáticos dos manuais escolares de Sociologia, estão as de Brito

(2010, 2015), Soares (2009, 2015a, 2015b), Bodart e Souza (2019) e Bodart e Silva (2020). Além desses autores, vale destacar o trabalho de Guelfi (2001), que abordou os sumários e índices, visando analisar os conteúdos da disciplina, observar temas comuns e destacar preocupações metodológicas, quando estas aparecem nos elementos pré-textuais.

Outro ponto importante é que a observação dos conteúdos programáticos presentes nos manuais escolares de Sociologia abre caminhos para análises concernentes às *orientações teóricas e metodológicas dos autores* das obras, nos moldes do que foi realizado por Daros e Pereira (2015) e Meucci (2000), possibilitando pensar as configurações mais amplas do campo científico. Noutra direção, Perez (2002) e Campos (2002) realizaram a análise interna dos manuais escolares de Sociologia da primeira metade do século 20, destinados às escolas normais, para compreender aspectos implícitos e explícitos da filiação teórica dos autores e pensar como esses aspectos poderiam impactar o processo formativo docente.

No que diz respeito às *metodologias de ensino e aprendizagem*, o manual escolar às vezes conta com uma seção voltada a orientações didático-pedagógicas destinadas aos docentes. No entanto, principalmente quando as obras analisadas são as produzidas na primeira metade do século 20, tais orientações são bastante raras, sendo inexistentes na maior parte daquelas publicadas nesse período. Em situações como essa, as metodologias de ensino e aprendizagem também podem ser alcançadas mediante a própria exposição de conteúdos feita pelos manuais escolares, mas especificamente no modo como os aborda e os estrutura: a linguagem empregada; os recursos gráficos e imagéticos utilizados para ilustrar temas, teorias e conceitos; os esquemas, as numerações, os marcadores, as notas e as topificações que estruturam os textos, tornando-os mais facilmente apreensíveis; e, por fim, as atividades direcionadas aos estudantes. Todos esses elementos nos ajudam a visualizar como o processo de mediação didática tem ocorrido no âmbito da Sociologia escolar. Esse percurso metodológico foi explorado, por exemplo, por Bodart e Silva (2020). Obviamente que esse processo só ganha sentido ao atentarmos também para os paradigmas educacionais, o repertório didático-pedagógico e os recursos editoriais que se verificam em dado contexto sócio-histórico.

Em relação aos processos de *avaliação da aprendizagem*, o manual escolar pode conter indicativos nas seções, antes mencionadas, que revelam a orientação didático-pedagógica do docente. No entanto, na ausência de seções como essa, as formas de avaliação podem ser percebidas, indiretamente, nas atividades dispostas ao longo ou ao final dos manuais escolares, tendo em vista que, mesmo funcionando como exercícios de fixação de conteúdos e/ou de desenvolvimento de competências, também têm potencial para serem direcionadas à verificação da aprendizagem. Em relação a tais atividades, é importante atentar para seu conteúdo, seu formato e para os tipos de conhecimentos e/ou de competências necessárias à sua resolução. A pesquisa que mais se aproximou desse percurso metodológico foi a produzida por Bodart e Silva (2020). Contudo, esses autores olharam para as atividades como recursos didáticos e não como instrumentos possíveis de avaliação da aprendizagem.

Além dos aspectos didático-pedagógicos pertinentes ao ensino escolar da Sociologia, os manuais escolares podem trazer elementos que auxiliam na identificação de *aspectos ideológicos* concernentes às relações de poder que estruturam as sociedades. Por exemplo, foi olhando para o prefácio do manual *Sociologia: compendio escolar para o curso gymnasial*, de autoria de A. Lorton (1926), que Oliveira (2013) identificou o trecho intitulado “Voz do bispo”, que trazia ideologias católicas aplicadas ao ensino. Na verdade, toda a estrutura dos manuais escolares, e o que ela nos revela sobre o ensino da Sociologia na educação básica, só pode ser plenamente compreendida se a considerarmos como produto das relações de poder. Os trabalhos de Meucci (2000, 2017), Daros e Pereira (2015), Cigales (2014a, 2014b, 2015, 2019) e Bodart e Cigales (2020) são exemplos emblemáticos de pesquisas nessa direção.

Assim, é das disputas quanto à sociedade que se deseja produzir, ao tipo de indivíduo a ser formado, aos conhecimentos e às competências que os indivíduos devem possuir, que resultam as definições curriculares e, nesse contexto, o ensino da Sociologia. Nesse sentido, outras perguntas importantes para a compreensão do processo de institucionalização da Sociologia na educação básica merecem respostas: quais são os agentes sociais que estão em disputa pela definição do sentido do ensino de Sociologia na educação básica? Como seus interesses econômicos, políticos e/ou culturais podem ser vislumbrados nos elementos que configuram a disciplina de Sociologia? O ensino dessa matéria tem sido direcionado para mudança e/ou para transformação social? Num ou noutro caso, em que contextos educacionais essas orientações têm sido verificadas? As respostas a essas perguntas chegam a ser alcançadas atentando-se, respectivamente, para: o perfil ideológico dos autores dos manuais didáticos e das instituições representadas por eles; as motivações por trás da definição dos objetivos e da seleção dos conteúdos direcionados ao ensino da Sociologia; os juízos valorativos implícitos na abordagem dada às temáticas sociais tratadas.

Por fim, quando nos debruçamos sobre o processo de institucionalização da Sociologia na educação básica, é importante considerar, analiticamente, também a *configuração formada pelos diversos agentes sociais* que lhe dão sustentação. Em relação a isso, os manuais escolares de Sociologia também se mostram fontes profícuas de dados. Vejamos alguns exemplos:

- Com a identificação de sua autoria e das instituições às quais elas se vinculam, tais obras nos permitem iniciar o mapeamento dos principais agentes que têm contribuído para a definição e o sentido do ensino escolar da Sociologia, bem como observar o prestígio do tema entre os principais intelectuais e as instituições da época. Esse caminho metodológico foi explorado, por exemplo, por Cigales (2014b, 2019) e por Bodart e Souza (2019).
- Por meio dos textos de terceiros apresentados em prefácios, orelhas e/ou contracapas, como também pelas referências citadas ao logo das obras, os manuais escolares nos dão um vislumbre das redes acadêmicas formadas em torno dessa disciplina e que funcionam como instâncias de legitimação. Cigales e Engerhoff (2018) e Cigales (2019), ao analisarem prefácios, apresentações, elogios, orelhas, agradecimentos e dedicatórias presentes

nas obras, buscando dimensionar o capital social dos autores, são exemplos de trabalhos significativos nesse aspecto.

- Observando as editoras dos manuais de Sociologia, é possível mapear aquelas que se voltaram à publicação dessas obras e, a depender de seu porte, teremos uma ideia do impacto editorial do ensino escolar da Sociologia, o que, conseqüentemente, revela, em parte, a importância dessa disciplina no currículo escolar. Exemplos de pesquisas que seguiram esse encaminhamento metodológico são os trabalhos de Meucci (2000) e Bodart e Souza (2019).

Importa destacar que os elementos extra e pré-textuais dos manuais (orelha, dedicatória, prefácio, apresentação etc.), mesmo aqueles de caráter material (relacionado à produção editorial), envolvem em sua definição relações sociais (Cigales, 2019), nas quais podemos identificar diversos agentes, tais como editores, revisores, normalizadores, diagramadores, tipógrafos, prefaciadores, autores de orelhas e de textos da contracapa etc. Isso corrobora nossa assertiva de que nas análises internas dos manuais escolares é imprescindível considerar aspectos externos a essas obras.

Como destacamos até aqui, o processo de institucionalização do ensino de Sociologia no nível secundário não pode ser adequadamente apreendido focando unicamente os manuais escolares, tendo em vista que tais obras não estão fechadas em si ou descoladas dos seus contextos de produção, circulação e consumo, ou seja, elas não têm sentido por si mesmas. Somente a partir de suas inserções em contextos econômicos, políticos e culturais é que elas têm sentido e, por isso, tudo o que podem nos revelar acerca daquele processo só será plenamente apreendido atentando-se para esses contextos sociais que lhes são externos. É justamente sobre esses contextos, e o que eles são capazes de nos oferecer de subsídios para interpretação dos manuais escolares com vistas à compreensão do processo de institucionalização da Sociologia escolar, que nos debruçaremos na seção seguinte.

1.2 Olhando para fora do manual escolar

A partir do momento que entendemos os manuais escolares de Sociologia como artefatos históricos, estamos, necessariamente, reconhecendo que suas existências e seus sentidos estão imbricados nos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais nos quais surgiram, difundiram-se e foram consumidos. É justamente devido a sua condição de artefato histórico que os manuais escolares de Sociologia podem ser tomados como documentos reveladores de uma época, como fonte de dados sobre as mais variadas dimensões da vida social, entre elas, a dimensão educacional. No entanto, para que esses dados tenham sentido, é fundamental também direcionar o olhar para fora desses manuais, para os contextos que os determinam. Sendo assim, nesta subseção, apresentaremos alguns aspectos a serem considerados na análise do contexto externo aos manuais escolares.

De início, é importante ressaltar que o contexto externo impacta decisivamente a produção, a circulação e a recepção dos manuais escolares. Sob

um ponto de vista temporal, esses três processos podem se configurar em momentos distintos ou não. De toda forma, são momentos inter-relacionados. Por produção, referimo-nos tanto às etapas de elaboração, seleção e sistematização das ideias (dimensão imaterial) quanto às etapas da escrita, editoração e impressão (dimensão material). Por circulação, entendemos o conjunto de processos ligados à divulgação e à distribuição das obras. A recepção compreende o consumo dos manuais escolares no que diz respeito a seus aspectos imateriais e materiais. Todos esses processos estão imersos em dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais mais amplas que, por isso, precisam ser consideradas nos estudos de manualística.

No âmbito de nossa proposta de percurso metodológico, relacionamos alguns elementos do contexto externo aos manuais escolares de Sociologia que merecem ser observados durante sua análise, pois são imprescindíveis à sua adequada compreensão:

- a) as concepções pedagógicas em vigor;
- b) as políticas educacionais estabelecidas;
- c) as dinâmicas do mercado editorial;
- d) o contexto político-ideológico;
- e) o contexto político-econômico;
- f) as configurações do campo acadêmico/educacional; e
- g) os contextos escolares.

124

As *concepções pedagógicas* marcam profundamente a produção (material e imaterial) dos manuais escolares. Compreendê-las pode ser um caminho exitoso para entender os modos como os manuais escolares estão conformados em termos didático-pedagógicos. Nessa direção, citamos os trabalhos de Meucci (2000, 2017), Cigales (2019) e Cigales e Oliveira (2021), que, visando compreender o desenvolvimento e a configuração da Sociologia católica no Brasil com base nos manuais escolares desenvolvidos por instituições confessionais, atentaram para as investidas da Igreja Católica no campo educacional e, assim, para as concepções pedagógicas que a instituição estabeleceu nesse processo e que incidiram na produção daqueles manuais.

Associadas às concepções pedagógicas estão as *políticas educacionais*, que são, em grande medida, os principais mecanismos fomentadores e norteadores da produção dos manuais escolares, podendo atuar no seu financiamento, na definição de seus conteúdos e de seus aspectos puramente formais ou mesmo no estabelecimento de seu público-alvo, incluindo a amplitude desse público. Como forma de atestar a importância decisiva das políticas educacionais no direcionamento dos manuais escolares, é sugestivo o fato de que muitos deles chegam a explicitar estarem “de acordo com o programa oficial”. Atento a essa importância, o artigo de Soares (2015a), ao focar metodologicamente as políticas educacionais que conformaram os manuais de Sociologia de Delgado de Carvalho, estabeleceu uma

relação entre a produção desses manuais e os primeiros programas de Sociologia do Colégio Pedro II.

Observar as políticas educacionais é um procedimento metodológico que as pesquisas brasileiras sobre o ensino escolar das Ciências Sociais sempre adotaram, mesmo que, nesse aspecto, tenham se mantido centradas, na maior parte das vezes, apenas em textos legais. Nessa perspectiva, as reformas educacionais, ocorridas na primeira metade do século 20, que incluíram a Sociologia no ensino secundário, são frequentemente citadas nas pesquisas sobre os manuais de Sociologia como o principal fator que impulsionou a publicação dessas obras no citado período. O mesmo se verifica, mais recentemente, em relação à inclusão, em 2012, da Sociologia no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), fato que, segundo algumas pesquisas, foi decisivo para a conformação dos manuais escolares de Sociologia mais recentes (Engerrof, 2017; Sousa, 2020).

As *dinâmicas do mercado editorial* são outro aspecto a ser considerado nas análises dos manuais escolares, pois favorecem ou desfavorecem sua produção, bem como determinam suas formas editoriais e de circulação. Os trabalhos de Meucci (2000) e Cigales (2019), ao se voltarem para o mercado editorial brasileiro, destacaram o importante papel dessa dinâmica na ampliação do volume de publicações de manuais escolares de Sociologia nos anos de 1930 e 1940 e em sua circulação. Sobre esse percurso metodológico, vale ainda acrescentar que somente observando o mercado editorial e, nesse contexto, as desigualdades de poder cultural e econômico entre as editoras, é possível compreender se a inserção de uma obra no catálogo de determinada editora é um indicativo ou não de seu prestígio e importância cultural e mercadológica.

As análises dos manuais escolares de Sociologia também não podem descurar os *contextos político-ideológicos* em que esse tipo de material didático é produzido. Nesse aspecto, o trabalho de Guelfi (2001) é exemplar na demonstração de como as ideias “modernistas”, dos anos de 1920, e de “reconstrução nacional”, dos anos de 1930, estavam impressas nos manuais escolares de Sociologia do período. Do mesmo modo, olhar para o contexto político-ideológico foi o que possibilitou Meucci (2000, 2017), Cigales (2014b, 2019) e Bodart e Cigales (2020) compreenderem melhor as configurações ideológicas dos manuais escolares de Sociologia católica também produzidos nesse período. Considerar o contexto político e ideológico é um percurso metodológico promissor no exame dos conteúdos, das metodologias e das referências que integram as obras. Em termos individuais, observar tal contexto nos permite identificar, inclusive, as orientações ideológicas dos próprios autores dos manuais. Nessa direção, citamos o trabalho de Bodart e Cigales (2020), que, mobilizando o conceito bourdieusiano de *conatus*, buscaram compreender como o “projeto católico” de educação se perpetuou nas disposições dos autores para abordarem certos conteúdos.

Outro percurso metodológico que indicamos é a observação do *contexto político-econômico* em que os manuais escolares se inserem. A potencialidade heurística desse percurso é vislumbrada na obra de Guelfi (2001), que, ao considerar o cenário brasileiro pós-crise de 1929, identificou a presença de um

ideário de reconstrução econômica nacional impresso nos manuais de Sociologia do período.

Se as condições econômicas do país impactam as dinâmicas de produção, circulação e recepção de manuais escolares, elas não podem ser desconsideradas nas análises de manualística. O perfil dos consumidores dos manuais escolares está fortemente ligado às suas condições econômicas e à existência ou não de políticas de incentivo ao consumo dessas obras. As condições socioeconômicas de acesso aos níveis de ensino em que a disciplina de Sociologia foi ofertada é outro aspecto que se relaciona ao contexto político-econômico. Nos anos de 1930, não são raros os manuais escolares que traziam conteúdos relacionados às migrações populacionais e ao espaço rural, temas que se relacionavam ao contexto político-econômico que, naquele momento, experimentava o Brasil. Observar, por exemplo, que, até os anos de 1930, a Igreja Católica era a maior mantenedora das escolas secundárias do País, auxilia na compreensão da produção de manuais escolares de Sociologia católica, aspecto destacado por Meucci (2000).

Apontamos ainda, como percurso metodológico importante nas análises de manualística, a consideração do *campo acadêmico/educacional*. Algo assim foi realizado por Cigales (2019) ao atentar para as disputas entre intelectuais católicos e liberais, que ocorreram na primeira metade do século 20, em relação às diretrizes educacionais desse período, o que reverberou na produção de manuais escolares com diferentes aportes teóricos e concepções de análise do mundo social. Ainda seguindo esse percurso metodológico, ao mirarmos a posição que um autor de manual escolar ocupa no campo acadêmico/educacional, perceberemos o papel importante que seu *status* cumpre na produção, na circulação e no consumo desse tipo de material didático. Nesse sentido, o caso mais emblemático é o de Delgado de Carvalho, que, por ocupar a cadeira de Sociologia no Colégio Pedro II, conseguiu garantir ampla circulação e consumo de suas obras, pois as havia elaborado segundo o programa desse colégio, que era referência para as demais escolas brasileiras (Brito, 2012).

Por fim, na análise dos manuais escolares de Sociologia com vistas à compreensão do processo de institucionalização da Sociologia escolar, não é possível se descurar do *contexto escolar* justamente porque ele nos permite compreender tanto as demandas escolares postas para a produção daquelas obras quanto os fatores que condicionam sua recepção. Sobre esse último aspecto, importa destacar que as representações presentes nos manuais escolares ou as intenções dos seus autores podem diferir daquelas verificadas junto aos docentes e estudantes que os utilizam (Certeau, 1994; Chartier, 2003). Por isso, nesse contexto é plausível explorar as formas de consumo das obras por parte de professores e estudantes, mais especificamente, atentando para a apropriação de sua didática, de seus conteúdos e de suas concepções políticas.

Ainda olhando para o contexto escolar, é possível explorar os espaços onde se deram a disponibilidade de acesso e/ou o consumo dos manuais escolares, por exemplo, salas de leitura e biblioteca. A presença dos manuais escolares nas matrizes curriculares dos projetos políticos pedagógicos das escolas, como

também nos planos de curso de professores, pode igualmente ser explorada para a compreensão das formas de apropriação daquelas obras. Os trabalhos de Soares (2009, 2015a, 2015b) seguiram exatamente por esse caminho, alinhando, de forma complementar, a análise dos programas da disciplina de Sociologia, produzidos no Colégio Pedro II entre os anos de 1929 e 1942, à análise dos manuais escolares de Sociologia de Delgado de Carvalho. Resta ainda mencionar que o número de escolas em cada época, bem como o número de discentes matriculados, configura-se como um conjunto de dados referentes ao contexto escolar que, ao ser cruzado com dados concernentes à tiragem de manuais escolares, também colabora para compreender o consumo dessas obras.

Considerações finais

Dada a complexidade do processo de institucionalização da Sociologia escolar no Brasil, obviamente nossa proposta metodológica não dá conta de todas as variáveis que incidem sobre esse processo. Na verdade, nosso objetivo foi apontar percursos metodológicos possíveis e evidenciar as potencialidades heurísticas dos manuais escolares em oferecer dados para subsidiar a construção de respostas a diversas questões relacionadas à institucionalização da Sociologia escolar, indicando que tais potencialidades somente são, de fato, alcançadas quando se consideram as inter-relações entre os contextos interno e externo aos manuais escolares.

De forma sintética, demonstramos que, devidamente contextualizados, os manuais escolares de Sociologia nos permitem compreender: i) os interesses em jogo que impulsionaram a inserção da Sociologia na educação básica e, nesse contexto, as possíveis disputas existentes quanto ao sentido dessa disciplina em nível escolar; ii) as configurações curriculares da Sociologia escolar, nelas incluídos os aspectos relacionados ao estabelecimento do seu público-alvo, a definição dos objetivos educacionais a serem atingidos, a composição de seu conteúdo programático, de suas metodologias de ensino, de aprendizagem e de avaliação; e iii) os aportes estruturais que dão sustentação e legitimidade a essa disciplina, o que envolve desde a estrutura normativa posta, passando pelo mercado editorial, até as redes sociais e acadêmicas que configuraram e configuram a Sociologia escolar.

Acreditamos que os esforços aqui empregados na sistematização de um percurso metodológico para análise dos manuais escolares de Sociologia com vistas à compreensão do processo de institucionalização dessa disciplina na educação básica são valorosos, ao menos, em três aspectos. Em primeiro lugar, por evidenciar, em alguma medida, os passos já dados pelos pesquisadores envolvidos com o tema em questão. Em segundo, pela sistematização metodológica efetuada em um contexto de pesquisa carente de trabalhos nesse sentido. Por fim, por indicar, indiretamente, caminhos possíveis para o desenvolvimento de novas pesquisas, sob a ótica da manualística, capazes de agregar, de modo significativo, conhecimentos concernentes à história do ensino de Sociologia.

Referências bibliográficas

BENITO, A. E. A manualística na Espanha: duas décadas de pesquisa (1992-2011). *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados, MS, v. 7, n. 20, p. 6-29, maio/ago. 2017.

BODART, C. das N.; CIGALES, M. P. Conatus católico e ensino de Sociologia no Brasil. In: BODART, Cristiano das Neves (Org.). *O ensino de Sociologia e de Filosofia escolar*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. p. 115-152.

BODART, C. das N.; SILVA, E. C. R. da. Preocupações didáticas em compêndios de Sociologia dos anos de 1930. In: BODART, Cristiano das Neves (Org.). *Sociologia e Educação: debates necessários*. 2. ed. Maceió: Editora Café com Sociologia. 2020. v. 1. p. 117-150.

BODART, C. das N.; SOUZA, E. D. Os manuais de Sociologia Educacional nos anos de 1940: contexto de produção, autores, estruturas didáticas e perspectivas teóricas. *Em Tese*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 40-67, jan./jun. 2019.

BRITO, S. H. A. de. O ensino de Sociologia e a organização do trabalho didático no Colégio Pedro II (1925-1945). *Revista Brasileira de História de Educação*, Maringá, v. 12, n. 3[30], p. 95-124, set./dez. 2012.

128

BRITO, S. H. A. de. O ensino de Sociologia no Colégio Pedro II e os compêndios produzidos por Carlos Miguel Delgado de Carvalho. In: ALVES, G. L. *Textos escolares no Brasil: clássicos, compêndios e manuais didáticos*. Campinas: Autores Associados, 2015. p. 115-165.

BRITO, S. H. A. de. A produção de manuais didáticos e o ensino de sociologia na escola média em dois momentos históricos (1935-1989). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 10, n. 37e, p. 58-75, maio 2010.

CAMPOS, F. R. *A Sociologia da Educação nos cursos de formação de professores entre os anos 30 e 50: um estudo da disciplina a partir dos manuais*. 2002. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. *Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

CHOPPIN, A. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. *História da Educação*, Pelotas, RS, v. 13, n. 27 p. 9-75, jan./abr. 2009.

CIGALES, M. P. *A sociologia católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares*. 2019. 313 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019.

CIGALES, M. P. Dilemas da sociologia no Brasil: análise sobre os manuais escolares de Amaral Fontoura e Fernando de Azevedo. *Alabastro: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, São Paulo, ano 2, v. 2, n. 4, p. 65-78, 2014a.

CIGALES, M. P. *A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica*. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014b.

CIGALES, M. P. Raymond Murray e a Sociologia Católica no Brasil: notas sobre um manual da década de 1940. *Revista Café com Sociologia*, Maceió, v. 4, n. 3, p. 110-122, dez. 2015.

CIGALES, M. P.; ENGERROFF, A. M. B. Uma cartografia do capital social dos pioneiros da sociologia no Brasil: estudo sobre os manuais escolares. In: MAÇAIRA, J.; FRAGA, A. (Org.). *Saberes e práticas no ensino de Sociologia*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018. p. 70-97.

CIGALES, M. P.; OLIVEIRA, A. Aspectos metodológicos na análise de manuais escolares: uma perspectiva relacional. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, PR, v. 20, n. 1, p. 1-18, 2020.

CIGALES, M. P.; OLIVEIRA, A. La Sociología católica en Brasil a través de textos escolares. *Revista Mexicana de Sociología*, Ciudad de México, v. 83, n. 1, p. 157-184, ene./mar. 2021.

DAROS, M. D.; PEREIRA, A. T. A Sociologia cristã e o pensamento de Alceu Amoroso Lima em um colégio católico de formação de professoras em Santa Catarina. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, PR, v. 15, n. 1 (37), p. 235-267, jan./abr. 2015.

ENGERROFF, A. M. B. *Mapeando a produção sobre o livro didático de sociologia*. 2017. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GUELFY, W. P. *A Sociologia como disciplina escolar no ensino secundário brasileiro: 1925-1942*. 2001. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

MAHAMUD-ANGULO, K. Contexts, texts, and representativeness: a methodological approach to school textbooks research. In: KNECHT, P. et al. (Org.). *Methodologie und MethodenderSchulbuch-und Lehrmittelforschung*. Bad Heilbrunn, GER: Julius Klinkhardt. 2014. p. 33-35.

MENEZES, F. *Tratado de Sociologia*. [Aracaju]: [s.n.], 1936.

MEUCCI, S. *A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. 2000. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MEUCCI, S. O catecismo sociológico de Francisca Peeters. In: TRINDADE, A. D.; COSTA, H.; MEUCCI, S. (Org.). *À margem do(s) cânone(s) II: pensamento social e interpretações do Brasil*. Curitiba: Editora UFPR, 2017. p. 27-52.

OLIVEIRA, A. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, PR, v. 35, n. 2, p. 179-189, jul./dez. 2013.

PEREZ, C. F. *A formação sociológica das normalistas nas décadas de 1920 e 1930*. 2001. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SARANDY, F. M. S. *A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil*. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SOARES, J. da C. A construção do currículo de Sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 14, n. 1, jan./abr. 2015a.

SOARES, J. da C. Ensino de Sociologia no Brasil: o pioneirismo do Colégio Pedro II (1925-1942). *Revista Café com Sociologia*, Maceió, v. 4, n. 3, dez. 2015b.

SOARES, J. da C. *O ensino de sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)*. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

130

SOUSA, J. M. de. *Contribuições do PNL D ao ensino de Sociologia: análise dos guias de livros didáticos*. 2020. 108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, PR, 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). *Banco de dados de livros escolares*. São Paulo, [c2021]. Disponível em: <http://www2.fe.usp.br:8080/livres/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Cristiano das Neves Bodart, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

cristianobodart@gmail.com

Welkson Pires, doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

welksonpires@yahoo.com.br

Recebido em 9 de abril de 2021

Aprovado em 22 de junho de 2021